

Pessoas saudáveis fazem mal ao capitalismo

Pedro Graça

5–6 minutes

Em 2018, a alimentação inadequada continuou a ser um dos principais determinantes dos anos vividos com doença e sem saúde para a maioria dos portugueses. Não de um mas de muitos milhões de portugueses que sofrem de doença crónica e que tomam medicação diariamente com a consequente redução da sua qualidade de vida e situação económica ao longo de toda a vida. Portugueses com diabetes que se estima serem mais de 1 milhão. Portugueses com hipertensão arterial que se estima ultrapassarem os 3 milhões. Portugueses com excesso de peso que se estima serem mais de 5 milhões. Somando apenas estas três “doenças”, e se elas não atingissem as mesmas pessoas, teríamos a totalidade da população portuguesa com necessidades de atenção médica permanente. Doenças que originam outros problemas de saúde, cada vez mais incapacitantes à medida que progridem, como dores articulares, amputações, cegueira, cancros, acidentes vasculares cerebrais... enfartes. Toda uma população a necessitar de cuidados médicos e de medicação constante, gastando uma fortuna, do seu bolso e da família e de todos nós, que se traduz em milhões de horas dos profissionais de saúde e em muitas centenas de milhões de euros de medicação e de outros cuidados de saúde e encargos sociais.

Estas doenças, consumidoras de mais de 2/3 dos recursos e orçamento do Ministério da Saúde, poderiam começar mais tarde na nossa vida, ser prevenidas em grande e ser mais bem geridas pelos doentes se existissem cuidados alimentares e de atividade física mínimos por parte da nossa população. Se existisse uma cultura de prevenção nos serviços de saúde e na nossa sociedade. Contudo, se olharmos para o investimento na prevenção da doença crónica nas nossas sociedades verificamos que é insignificante. Em 2015, por exemplo, os gastos em cuidados preventivos representaram pouco mais de um por cento da despesa corrente do SNS. Sim, 1 euro por cada 100 euros gastos em saúde.

Os restantes euros foram destinados maioritariamente aos serviços curativos, a mais médicos, mais enfermeiros, mais meios auxiliares de diagnóstico e mais medicamentos. Com a diabetes e em 2015 foram gastos pelo Serviço Nacional de Saúde, mais de 22 milhões de euros apenas com o consumo de antidiabéticos não insulínicos e insulinas (por comparação a 4,9 milhões de euros no ano de 2006). Em 10 anos, os gastos com esta doença quadruplicaram. Em 2016, foram gastos 330,5 milhões de euros com medicamentos na área cardiovascular. Tudo isto para ajudar a tratar milhões de pessoas doentes ao longo de toda a vida, cuja maioria não estaria doente se mudasse ligeiramente o seu estilo de vida (melhor alimentação e mais atividade física), se os próprios cidadãos investissem minimamente em si mesmos e se o Estado também investisse nestes processos. Convém ainda sublinhar que o setor privado da saúde aposta maioritariamente na cura. A qual é depois paga, muitas vezes, pelo Estado, ou seja, por todos nós.

Quem lucra com a doença e quem deixaria de lucrar com o investimento na prevenção? Se a prevenção da doença ao longo da vida fosse realizada nos locais onde estudamos, trabalhamos e vivemos, favorecendo a melhoria da oferta alimentar saudável, reduzindo o preço dos produtos alimentares mais saudáveis, fazendo subir o preço de muitos produtos alimentares de risco comprovado e favorecendo uma educação para a cidadania e consumo alimentar mais consciente, perderia dinheiro quem vende “comida de má qualidade nutricional” a baixo custo e perderia dinheiro e poder o próprio setor da saúde nos moldes em que atualmente funciona. Ou seja, o atual complexo medico-medicamentoso teria de mudar o paradigma de intervenção baseado quase exclusivamente na cura da doença que tem vindo a dominar nas últimas décadas. E o setor da promoção da saúde ao longo da vida e do bem-estar ganharia protagonismo em todos os estratos da população, muitas vezes fora dos hospitais e centros de saúde, prevalecendo um modelo de intervenção comunitária ainda que com a participação central e baseado na evidência científica dos profissionais de saúde e da ciência biomédica à nossa disposição.

Este modelo ainda está longe de vingar. Particularmente, porque faz mal aos diversos interesses económicos instalados que, atualmente, se apoderaram da saúde dos cidadãos, não só em Portugal, como também em outros países, em particular no sul da Europa.

